

A AUTOGESTÃO E A INCUBADORA SOLIDÁRIA DA UFCG: ESTUDO DE CAMPO COM O GRUPO DE ARTE EM VIDRO E A EMANCIPAÇÃO DE SEUS ATORES SOCIAIS

Luiz Antônio Coêlho da Silva¹; João da Silva Farias².

1. Docente assistente. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Correspondência: Rua Iolanda Eloy de Medeiros, 216. Apto 305B. Bairro: Bancários. João Pessoa – PB. CEP 58053-028. Email: luidd@yahoo.com.br

2. Discente de Graduação UFCG.

RESUMO

A autogestão tem lugar em empreendimentos econômicos ou sociais; sendo a economia solidária uma alternativa promotora de transformações sociais, enfrentando grandes desafios frente à mudança de paradigmas no âmbito social, econômico e cultural; encontrando entraves na busca pela conquista da autonomia, emancipação e libertação do sistema capitalista. Atores sociais se empenham de forma conjunta e democrática perseguindo as necessidades da população para a diminuição da exclusão social. A avaliação das Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Solidários no Brasil aponta a potencialização dos efeitos da autogestão que promovem a qualificação desses agentes, profissionalizando-os, possibilitando a maximização da quantidade e da qualidade do trabalho, alcançando a eficiência, sem explorar os trabalhadores. O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a importância da Incubadora Solidária da UFCG no processo de emancipação dos atores sociais do grupo Centro de Arte em Vidro (CAVI), localizado em Campina Grande - Paraíba. Este trabalho se classifica como um estudo descritivo, exploratório, de natureza qualitativa, através de estudos bibliográficos e documentais, com estudo de campo. Conclui-se que a incubadora é a agenciadora de saberes solidários, viabilizando a educação, a consciência cidadã, o espírito de equipe e a recuperação dos laços de solidariedade entre os sujeitos a partir da apropriação dos resultados do trabalho de todos. Na prática, tem-se como resultado que a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande mesmo com algumas dificuldades, referencia-se como órgão de fomento bem sucedido de vários empreendimentos autogestionários, mas que precisa melhorar sua forma de gerenciamento.

Descritores: Autogestão, heterogestão, Gestão social, Incubadoras Universitárias.

A SELF-MANAGEMENT AND THE SOLIDARITY OF THE INCUBATOR UFCG: FIELD STUDY WITH THE GROUP OF ART GLASS AND THE EMANCIPATION OF ITS SOCIAL ACTORS

ABSTRACT

Self-management takes place in social or economic developments; and the solidarity economy alternative promoter of social changes facing major challenges facing the change of paradigms in the social, economic and cultural; encountering obstacles in the pursuit of winning autonomy, emancipation and liberation of the capitalist system. Social actors engage jointly and democratically pursuing the population needs to reduce social exclusion. Evaluation of University Incubators of Entrepreneurship Solidarity in Brazil indicates potentiation of the effects of self-management skills that promote these agents, professionalizing them, enabling the maximization of the quantity and quality of work, increasing efficiency without exploiting workers. The overall goal of this work is to demonstrate the importance of Solidarity Incubator UFCG in the emancipation of social actors Center Art Glass (CAVI) group process, located in Campina Grande - Paraíba. This work ranks as a descriptive, exploratory study, qualitative, through bibliographic and documentary studies, field study. We conclude that the incubator is agenciadora supportive of knowledge, facilitating education, public awareness, team spirit and the recovery of the bonds of solidarity between subjects from the appropriation of the results of everyone's job. In practice, one has the result that the University Incubator of Solidarity Economic Enterprises of the Federal University of Campina Grande even with some difficulties, reference up as organ successful promotion of various self-managing enterprises, but needs to improve his way of management.

Keywords: Self-management, hetero, Social Management, University Incubators.

1 INTRODUÇÃO

A gestão econômica e social muitas vezes coexistem em qualquer empreendimento, seja ele econômico ou social, em particular, nos empreendimentos solidários visam à transformação social com a promoção da autonomia através da descoberta e valorização de talentos, bem como a viabilização da educação cidadã, tornando seus agentes capazes de apropriar-se coletivamente dos resultados do empreendimento, tornando-se possível a emancipação dos atores sociais.

Procura-se avaliar a presença e a importância das incubadoras universitárias de economia solidária pelo Brasil, com destaque para a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES) da Universidade Federal de Campina Grande e seu principal empreendimento: Centro de Arte em Vidro (CAVI).

Sendo assim, é necessário deixar que a economia solidária não é resposta para todos os problemas sociais, educacionais e econômicos que afligem à sociedade, mas sim uma alternativa que possui limites e possibilidades de atuação capazes de melhorar a sociedade, e até transformá-la. Obviamente, pode transformar toda a sociedade desde que sejam feitas readequações, readaptações em seu modelo, pois ainda existem muitos desafios para sua implantação na sociedade como um todo, já que ela possui um campo de trabalho ainda pequeno em relação ao capitalismo, inclusive servindo até de fortalecimento e funcionalidade para o sistema capitalista em alguns lugares onde esta nova economia existe.

Haja vista, que a Autogestão é o centro de qualquer organização ligada à economia solidária, inclusive nas incubadoras solidárias, o que provoca uma luta constante de seus atores sociais para conquistar sua autonomia, emancipação e libertação de seu opressor (chefe capitalista). Com a libertação do seu opressor, as pessoas podem se desenvolver de maneira plena e humana.

Explicitando melhor a questão do desenvolvimento da economia solidária e da libertação do trabalhador (1) O autorreferencia-se a existência de quatro conjuntos de atores sociais que se destacam neste tipo de desenvolvimento no Brasil, os quais são: 1) Sindicatos, que fomentam essa forma de cooperativismo; 2) Universidades, através de seus núcleos de extensão universitária; 3) Poder público, através de secretarias e departamentos, em âmbitos municipal, estadual e federal; 4) Igrejas, com seus movimentos e pastorais sociais. Com isso, evidencia-se que o movimento da Economia Solidária vem sendo conduzido por entidades sindicais e universitárias, organizações não governamentais (ONGs) e os próprios empreendimentos solidários que de forma

conjunta e democrática se articulam politicamente em âmbito nacional, numa intermediação com várias instâncias públicas.

Os sindicatos, as cooperativas, as incubadoras universitárias, o Estado e as igrejas juntos podem provocar mudanças sociais na economia solidária e nas necessidades da população, diminuindo a exclusão social e o desemprego, provocando o desenvolvimento da economia solidária na cidade e no campo através de processos autogestionários.

Este trabalho foi feito na incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários, além de observações com o grupo Centro de Arte em Vidro (CAVI), incubado pela incubadora de janeiro de 2012 a novembro de 2014.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a importância da Incubadora Solidária da UFCG no processo de emancipação dos atores sociais do grupo Centro de Arte em Vidro (CAVI), localizado em Campina Grande - Paraíba. Já os objetivos específicos são: contextualizar a autogestão e suas particularidades, verificar a importância da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande e demonstrar ações que mostram a busca da emancipação dos atores sociais do Centro de Arte em Vidro.

Este artigo pode ser classificado como um estudo descritivo, exploratório, de natureza qualitativa, através de estudos bibliográficos e documentais, com estudo de campo, com visitas, observações e anotações no diário de campo do pesquisador.

Se justifica pela curiosidade dos pesquisadores a respeito dos temas autogestão e incubadoras solidárias, além das prováveis contribuições acadêmicas e sociais que podem gerar, contribuindo para a melhoria dos empreendimentos, e conseqüentemente, da qualidade de vida da sociedade.

Neste contexto, a problemática do estudo é: **como verificar a importância da incubadora solidária no processo de emancipação dos atores sociais do grupo CAVI?**

Este trabalho se divide em introdução, fundamentação teórica, estudo de campo, considerações finais e referências.

2 A GESTÃO DA AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A gestão propagada pelo movimento da economia solidária é um tipo de gerência bem diferente da consolidada no capitalismo. Nesta nova gestão os seres humanos são valorizados, tendo como fundamento mais importante o processo produtivo e suas particularidades, que devem favorecer a formação e emancipação dos atores sociais

como meio de libertação da relação opressor-oprimido no tecido social vigente, que possui atualmente um caráter desumanizador.

Ao considerarmos como chave de análise os tipos de gestão em qualquer organização deve-se ter em mente o significado amplo de gestão, (2) apresentado como sinônimo de administração que significa um conjunto de esforços que tem por objetivo planejar, organizar, dirigir ou liderar, coordenar e controlar as atividades na busca por resultados comuns; é o processo de administrar; ou o conjunto de princípios, normas, decisões e ações com o intuito de tornar os processos eficientes.

A etimologia da palavra gestão deriva do latim *gestione*, que significa gerir, gerência ou administração. Sendo, a administração sinônimo de gestão, onde

A busca diária da democracia no ambiente de trabalho de um empreendimento não basta para que esse sobreviva no mercado e progrida. É essencial que se adquiram conhecimentos específicos de gestão, o que servirá de base para a tomada de decisão coletiva. Portanto, faz-se necessário o domínio de diversas questões financeiras, comerciais, administrativas e operacionais, tais quais: como organizar o dinheiro, como fazer orçamentos, como e quais impostos pagar, como determinar preços, como elaborar contratos com consumidores e fornecedores, como planejar o que se pretende fazer, como saber se é possível fazer determinado produto, entre outras (3)

Nesta perspectiva, fica claro que é necessário profissionais que entendam dos conceitos de gestão e das práticas gerenciais adaptadas aos processos solidários para que o gerenciamento dos empreendimentos seja feito de forma eficiente e eficaz.

Tendo em vista que a Autogestão é o contrário da administração capitalista de empresas que objetiva maximizar o lucro seguindo os interesses dos detentores do capital, esta nova forma de administrar tem como objetivo o bem estar dos produtores que são os fundadores e proprietários da empresa. Baseia-se na administração coletiva, tendo cada sócio um voto nas assembléias que decidem o destino do negócio e dialoga sobre os principais problemas enfrentados e suas possíveis soluções. A solidariedade toma o lugar da competição na economia solidária e desconcentra os dados e informações das mãos da alta administração (3)

No que diz respeito à luta constante pela Autogestão, os empreendimentos econômicos solidários diferem dos tradicionais, o que se reflete em

Todo o cotidiano de trabalho do empreendimento, através de comportamentos específicos, tais como o empenho na abertura de espaços para discussão coletiva de qualquer assunto relativo

ao empreendimento e de interesse de seus integrantes, a adoção de mecanismo de transparência das informações e a resolução de conflitos em ambiente propício a negociação em que todos podem se colocar (3).

Considerando que a Autogestão começa a existir no momento em que os atores sociais são escutados para a tomada de decisão, e onde os trabalhadores podem demonstrar sua posição, sua fala com críticas e sugestões, é importante frisar que este processo de Autogestão é uma conquista, um meio para o alcance dos objetivos, e não um fim em si mesmo. Esta forma de gerir serve de arcabouço para a tomada de atitude, de decisão, descentralizando tarefas e funções.

No que tange a Autogestão é fundamental que fique entendido que educar para a Autogestão significa promover autonomia e inteligência coletiva dos associados, onde o método a forma de relacionamento determinam o trabalho educativo e os resultados esperados. A Autogestão subtende a existência de autonomia e capacitação para a administração coletiva pelos atores sociais do negócio, sem dependência de entes governamentais, com a partilha de poder e o controle da vida do empreendimento solidários pelos seus membros (4).

Fato é que a Autogestão pode ser considerado um processo que é repleto de idas e vindas, com crescimento e diminuição de sua prática, o que provoca constantes embates em saber se a Autogestão está sendo mesmo uma gestão social ou se serve ao capitalismo, tornando-se uma gestão econômica.

2.1 A GESTÃO ECONÔMICA E A GESTÃO SOCIAL

No que concerne ao entendimento da gestão econômica e da gestão social é possível resgatar indícios que comprovem a existência das duas gestões na maioria dos empreendimentos solidários, o que será provado nesse estudo.

Quanto ao conceito de gestão econômica (5), fica compreendida como o conjunto de decisões e ações em busca de resultados mensurados seguindo preceitos econômicos. Neste tipo de gestão avalia-se a forma pela qual a organização atinge seus resultados econômicos, tendo como pilares o planejamento e o controle da gestão.

A gestão econômica geralmente possui um viés patronal e empresarial, com objetivos de lucros, podendo ser usada como sinônimo de administração. “Administrar é um processo técnico e político de gerenciar recursos e de liderar pessoas na busca de objetivos organizacionais e sociais” (6). Acometidas desses preceitos, a maioria das empresas capitalistas administradas por um grupo restrito de pessoas utilizam-se apenas de técnicas administrativas e contábeis para administrar a organização, esquecendo-se que o conhecimento é o propulsor de qualquer progresso, o que não é

apropriado pela economia solidária, onde o humano torna-se o centro e as decisões consideram a qualidade de vida e do trabalho, fazendo ou devendo aparecer uma gestão social.

Sendo assim, os índices que compõem uma gestão econômica numa incubadora e em seus empreendimentos são: custos fixos e variáveis, os preços, os contratos, seus resultados financeiros, a busca por objetivos que não os sociais, o papel dos gestores, aspectos operacionais, financeiros e econômicos, a viabilidade do empreendimento, as rotinas de encargos e impostos, as quantidades produzidas e vendidas, a preferência do consumidor e a relação custo benefício nas atividades.

Em se tratando do conceito de gestão social, tem-se que(7), esta pode ser praticada no âmbito público ou privado e tem por objetivo primordial o desenvolvimento social do empreendimento; sendo ainda voltada para o lado social e com a busca da responsabilidade ambiental e social, e que por isso deve ser formada por profissionais qualificados nesta área.

Têm-se que o conceito de gestão social visto por esse ângulo é:(8)

O conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política. O que se busca, dessa forma, é o atendimento das atuais necessidades e desafios da administração quanto à democracia e à cidadania participativa, aplicando-se técnicas de gestão que consideram o intercâmbio dos vários atores envolvidos nos processos administrativos, estimulando o convívio e o respeito às diferenças.

Por isso, a gestão social que pode ser implantada tanto na esfera pública como nos empreendimentos solidários encarna o papel de aglutinadora de opiniões e de críticas no intuito de melhorar sua gestão, favorecendo os sujeitos envolvidos no processo como forma de valorização humana.

Já com relação aos indicadores de uma gestão social, podemos enumerá-los em: descentralização das decisões, a Autogestão, a apropriação dos preceitos solidários, o pertencimento, a não hierarquização, a participação de todos nos processos e decisões, a transparência e a democratização das informações (democracia interna), democracia participativa, autonomia, a emancipação dos atores sociais, formação continuada, transformação das práticas metodológicas tradicionais de ensino da Economia Solidária entre os seus próprios estudiosos.

A gestão social analisa de forma genérica as dimensões ambiental, social e econômica, porém sem visar apenas o lucro, mas sim objetivos sociais, utilizando-se do mínimo de recursos possíveis, incentivando o auto empreendedorismo, visando preços justos, um comércio justo e ético.

Atualmente já existem para a identificação do modelo de gestão em empreendimentos solidários seis categorias analíticas comparativas, (9) assim expostas: a. Objetivos múltiplos e potencialmente competitivos/cooperativos; b. Estrutura organizacional; c. Parcerias; d. Gestão dos recursos físicos e financeiros; e. Metodologia de incubação; f. Democracia interna.

Nota-se que a gestão econômica segue o caminho do capitalismo e a gestão social da economia solidária, a qual agrega os conhecimentos autogestionários, fundamentais para a sobrevivência dos empreendimentos com os valores sociais almejados. A gestão social considera o trabalhador como gente, já a econômica como um número ou máquina capaz apenas de produzir.

2.2 A AUTOGESTÃO E A HETEROGESTÃO

A economia solidária possui como um de seus pilares basilar a Autogestão. Com a Autogestão os trabalhadores coletivamente se tornam proprietários dos meios de produção e passam a buscar diuturnamente a emancipação e libertação.

Sabe-se que a Autogestão é tida como um dos princípios centrais da economia solidária, mas que não é algo novo; porém, no Brasil, teve maior destaque a partir da década de 1990. Portanto, não existe uma definição única para a Autogestão, sendo repleta de diferentes concepções, mas que pode ser considerada uma prática gerencial, social e política, propiciando a autonomia do indivíduo e fortalecendo o coletivo e os processos de socialização.

Considera-se que o termo Autogestão vem sendo utilizado no Brasil desde as décadas de 1960 e 1970, como referência a uma variedade de situações e experiências. É tida como práticas autônomas dos trabalhadores realizadas no interior e contra o modo de produção capitalista. As empresas autogestionárias forjam um mercado de solidariedade, havendo por isso a necessidade de transformação do trabalho (10).

Quanto ao conceito de Autogestão considera que: (11)

A Autogestão é um modelo de organização em forma de empreendimento coletivo, onde os colaboradores interagem nas atividades produtivas, serviços e administração com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas.

Verifica-se que na Autogestão a opinião e as decisões são respeitadas, seguindo princípios democráticos, que tem a igualdade, a solidariedade e as relações sociais como fatores importantes em todo o processo produtivo.

A Autogestão em seu sentido restrito (*stricto sensu*) como princípio fundamental da Economia Solidária, deve ser completamente entendida, para que a posteriori seja discutida num sentido sistêmico (*lato sensu*). É necessário frisar que uma proposta de trabalho autogestionário tem como característica fundamental a recuperação dos laços de solidariedade, através da transparência da gestão, da divisão de poder e do desenvolvimento de tarefas com participação ativa dos sócio-trabalhadores. Tais laços de solidariedade são uma aliança sócio-econômica igualitária entre produtos e não caridade entre as classes oprimidas ou desiguais (12).

Entende-se que (13) e (14), a Autogestão é uma forma de administração oposta ao capitalismo, já que possui uma lógica diferenciada de dominação burocrática ou heterogestionária, que é típica do sistema econômico dominante. Resume igualdade econômica e democracia na tomada de decisão. O trabalho se transforma na principal necessidade humana, não buscando-se apenas o lucro, onde o homem trabalha para si e não para enriquecer os seus exploradores. Para eles a Autogestão só se realizará através de uma revolução radical, que transforme a sociedade, dialeticamente ligados, da política, da economia e do social, buscando com isso o desenvolvimento humano dos participantes.

A Autogestão é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas idéias gerais são: fim do assalariamento, organização do trabalho com base na gestão democrática, eliminação da hierarquia e decisões tomadas por democracia direta (3).

Ou seja, através da Autogestão os trabalhadores podem comandar o seu futuro e suas práticas de trabalho, controlando horários, produtividade e a gestão, que será impulsionada para a extinção de hierarquias e a democracia nas decisões.

As associações e cooperativas da economia solidária configuram-se como empresas autogestionárias, onde os associados devem decidir em conjunto as questões políticas, produtivas e estratégicas do empreendimento, tendo como grande desafio assegurar os princípios cooperativistas com a auto-sustentação no mercado, que é capitalista, além de desmistificar a crença de que os trabalhadores em conjunto, sem uma chefia, são incapazes de administrar qualquer empreendimento, pois não possuem experiência de gestão, de controle do processo, etc (3).

Com este enfoque, (15) evidencia que a finalidade da empresa solidária é maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho e não minimizar lucro; é produzir coletivamente buscando alcançar eficiência sem explorar o trabalhador.

Em se tratando de carga horária na Autogestão, sabe-se que os trabalhadores possuem horários convenientes ao trabalho desempenhado, o que fica evidenciado como (16) como “o estabelecimento de uma jornada de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador”. Isto é, há sempre a luta por diminuição das horas de trabalho no sistema capitalista, mas na economia solidária há um consenso da carga de trabalho e dos horários para a produção, reajustando às necessidades de produção e a satisfação do trabalhador.

Para a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (4), como princípios autogestionários têm-se: as tomadas de decisão democráticas e coletivas, a solidariedade e a fraternidade, o trabalho mútuo e a valorização das pessoas e a cidadania.

Uma proposta de trabalho “autogestionário” tem então como característica marcante a recuperação dos laços de solidariedade ainda dentro dos processos produtivos, por meio de transparência da gestão, divisão de poder e dos ganhos e enriquecimento de tarefas por meio de uma participação ativa dos sócio-trabalhadores. É importante ainda ressaltar que esses laços de solidariedade significam uma aliança sócio-econômica entre iguais (produtores livremente associados) e não caridade entre desiguais (classes abastardas e classes oprimidas) (11).

Acometida de conceitos solidários, transparentes e de participação mútua com um trabalho conjuntural, a autogestão, prega que os laços de solidariedade devem perpassar toda a produção. Autogestão é a prática de vida dos associados em seu trabalho diário com pontos positivos ou negativos (ver quadro 01).

Quanto à heterogestão e suas práticas, (15) o autor diz que “a heterogestão é a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”. Centraliza as decisões e a hierarquia.

2.3 A AUTOGESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Quanto à empresa solidária (14) afirma-se que a finalidade da empresa solidária é maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho e não minimizar lucro. Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. O excedente anual de recursos é destinado conforme deliberação dos trabalhadores, e pode ser reinvestido na organização como pode ser

destinado a um fundo de educação ou outros fins sociais, ou eventualmente à divisão entre os sócios por critérios aprovados por eles. Desta forma, o autor entende que na organização solidária, o capital não é remunerado sob qualquer pretexto, portanto, não há lucro, posto que este é tanto econômico quanto juridicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital, o que existe denomina-se de sobras, que devem ser repartidas pelos membros de forma igualitária.

Os empreendimentos solidários, mesmo exercendo a função de gerador de renda para quem não consegue inserção no mercado de trabalho, normalmente geram rendimentos menores que os empregos formais que são distribuídos aos membros incluídos neste projeto democrático (17). O que provoca muitas vezes a desmotivação do trabalhador que quer ter uma vida mais digna, e para isso necessita de recursos financeiros não gerados por uma grande parte dos empreendimentos desta natureza. Isto com o tempo provoca a saída do trabalhador para o mercado formal, o que nem sempre proporciona maiores ganhos, mas que para ele pode gerar mais satisfação e certeza de carteira assinada e direitos trabalhistas.

QUADRO 01 – AUTOGESTÃO: PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores através da utilização dos processos democráticos	Com a gestão participativa os dirigentes perdem poder, provocando diminuição da produção
Diminuição da rotatividade dos trabalhadores	Aumento da política de manipulação, pois os ganhos efetivos muitas vezes não são visualizados pelo grupo
Conservação da experiência profissional	A autoridade dos dirigentes é reduzida
Percepção positiva do trabalho por parte dos trabalhadores	A dificuldade em mediar a produtividade individual
Aumento da qualidade da produção	Com a autogestão o ambiente de incerteza cresce
Desejo de aumento dos salários faz aumentar a responsabilidade do trabalhador	Os estímulos na autogestão não são claros
Pressão do grupo pela produção traz o aumento da produtividade	Se existirem estímulos materiais pode haver uma política de emulação e manipulação
A vigilância do grupo diminui a preguiça e o desperdício de recursos no processo produtivo	Os dirigentes perdem o total controle no processo produtivo
Identificação de prejuízos e desperdícios por parte dos trabalhadores	A organização do trabalho determina a existência de estímulos de participação que podem ser manuseados de forma incoerente aos processos democráticos da autogestão

Fonte: Adaptado de (18).

Portanto, os pontos positivos e negativos enfatizados neste quadro 01 demonstram a necessidade de profissionais experientes, técnicos e humanos na gestão

dos empreendimentos solidários, pois em caso contrário, o ambiente de incertezas pode crescer mais e a durabilidade do negócio tornar-se de curto prazo.

Como experiência de economia solidária e representando um número significado de empreendimentos solidários, as cooperativas

Apesar de inseridas no sistema capitalista elas forjam novas relações econômicas, morais e sociais entre seus membros, entre o local e o global, e possibilitam recuperar de alguma forma os valores e princípios rochdalianos embutidos na forma de gestão (**democracia, participação, responsabilidade, solidariedade, cooperação**, etc) uma certa **autonomia** diante dos órgãos públicos e dos poderes locais; colocam-se como importante *locus* de aprendizagem coletiva, contribuindo para mudanças de atitudes (**educação, formação e informação**, normas, mercado, etc); exercitam a **reciprocidade e a solidariedade**, contidas nas relações de proximidade. [...] Enfim, fazem a interface entre as trocas mercantis, a solidariedade, as lutas de emancipação e as políticas governamentais (19).

Seguindo esta vertente compreende-se que as cooperativas servem como meio de emancipação dos atores sociais, pois através de uma maior autonomia, educação, formação e informação e do uso dos princípios autogestionários se pode alcançar tal emancipação e contribuir para a composição de um ser humano íntegro, emancipado e humanizado, liberto das amarras capitalistas.

Uma postura comum nos empreendimentos solidários é o sentimento de incapacidade de resolução dos problemas técnicos pelos trabalhadores que vêm na procura de um profissional externo a solução para tal dificuldade. Existem trabalhadores que não conseguem registrar as entradas de dinheiro no livro caixa e já procuram uma nova pessoa para fazer tal atividade, ou mesmo, quando passam por problemas financeiros buscam logo empréstimos externos. Tal postura faz com que o trabalhador não se aproprie dos problemas do empreendimento, e com isso não busque soluções criativas, o que reforçaria sua autoconfiança (3).

Na medida em que os empreendimentos de economia solidária se apresentam como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e a desigualdade social, muitas vezes possibilitado pelas incubadoras universitárias, possibilitam aos grupos se inserirem nas relações de produção e trocas sociais, podendo atender à demanda atual dos trabalhadores que buscam liberdade para se inserirem no mercado, tornando-se os únicos responsáveis pelo processo de transformação social e humana que os empreendimentos econômicos solidários e autogestionários proporcionam quando inseridos na sociedade, aumentando os vínculos sociais entre os seus atores.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (IUEES/UFCG), NA APARAÍBA

A criação da IUEES/UFCG foi em 2007 por iniciativa de um conjunto de professores com experiência em desenvolvimento de projetos de extensão em grupos sociais vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFCG, tendo como parceiras a Universidade Federal da Paraíba, além de outras instituições públicas.

Iniciou suas atividades em janeiro de 2009, tendo seus primeiros esforços no sentido de consolidar sua estrutura física e capacitar sua equipe (docentes, discentes de graduação e de pós-graduação e o pessoal técnico administrativo), além de buscar ações para o processo de incubação. A figura 01 vem expressar a identidade visual da Organização, Fonte: Retirada do *site* da IUEES (www.iuees.ufcg.edu.br) – 01/05/2014.



Figura 01- Identidade visual da IUEES-UFCG

Nas suas primeiras atividades teve o apoio do Núcleo da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) da UFCG, na formação da equipe e no processo de incubação dos três primeiros empreendimentos ligados a Economia Solidária, os quais foram: CAVI – Habilidades Manuais, Agricultores de São José da Mata/PB e Usuários do CAPs de Cajazeiras/PB.

De acordo com o Regimento Interno da IUEES/UFCG (2010), esta funciona vinculada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX). Possui estrutura de caráter permanente, com natureza interdisciplinar. Sua missão é desenvolver a incubação e o fortalecimento de empreendimentos autogestionários, com o objetivo de gerar trabalho e renda, inclusão socioeconômica dos trabalhos, com ações de sensibilização, capacitação e assessoramento, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo assim o desenvolvimento local, onde os empreendimentos incubados estão inseridos.

A IUEES/UFCG possui uma equipe multidisciplinar composta por docentes (mestres e doutores), discentes (graduação e pós-graduação) e técnicos administrativos, lotados nas principais instituições de ensino superior da Paraíba. Sua equipe foi capacitada para desenvolver as atividades de todo o processo de incubação de empreendimentos autogestionários, além de terem presencialmente encontros

quinzenais para estudo e discussão de textos científicos sobre metodologia de incubação, Economia Solidária e Autogestão.

Atualmente, a IUEES possui 2 (duas) unidades dentro da UFCG, uma que fica próxima ao Museu do Semiárido, por trás da creche da UFCG e o outro dentro do Bloco AA (Prédio da Reitoria), funcionando nesta a secretaria do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, já concluída em 2013.

Quanto a constituição, estrutura e funcionamento da IUEES/UFCG seu Regimento Interno (2010), título II, capítulo II diz que a estrutura orgânica da IUEES/UFCG é composta pelas instâncias: Plenária Geral; Conselho Deliberativo; Coordenação Executiva; Pelos GEPESOL (Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária) e pelas equipes de incubação.

Quem coordena a equipe da IUEES/UFCG é a professora Doutora da UFCG Crislene Rodrigues da S. Moraes, que é graduada em Química Industrial, mestrado em Engenharia Química e Doutorado em Química. Tem trabalhos publicados e orientações de monografias e dissertações na área da Economia Solidária.

Em se tratando da gestão financeira o Regimento Interno da IUEES/UFCG (2010), título II, capítulo V, diz que estes são: I. dotações atribuídas pela UFCG; II. Dotações advindas de convênios com entidades públicas e/ou privadas; III. Receitas de prestação de serviços à comunidade; IV. Doações.

A IUEES é relatada ainda como um projeto desenvolvido por professores e alunos da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba (Ver figura 04 A e B). Tem por objetivos formar e capacitar a equipe executora voltada para os empreendimentos econômicos solidários (EES) incubados; capacitar os grupos incubados através de cursos, oficinas, treinamentos, etc; aumentar o trabalho e a renda dos grupos incubados, e com isso ampliar a cidadania; capacitar recursos humanos na área da Economia Solidária, além de aproximar os conhecimentos das universidades aos grupos sociais excluídos do sistema capitalista. A figura 02 ilustra a sede da INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.



Figura 02- Imagem do interior da sede da IUEES-UFCG.

Atualmente, conta com 04 (quatro) projetos em andamento desde 2012 (informações retiradas do site da IUEES), os quais são:

- Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na confecção de produtos artesanais, inclusão social e sustentabilidade (Parte II);
- Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossego-PB na perspectiva de um desenvolvimento local (Parte II);
- Programa Integração das Práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos na Paraíba (Parte II);
- Programa Incubação e Fortalecimento de Empreendimentos Solidários na IUEES/UFCG (Parte II).

A IUEES/UFCG tem geralmente como parceiras: a Universidade Federal de Campina Grande, a Fundação Banco do Brasil, o Governo Federal, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a UNITRABALHO, a Prefeitura Municipal de Cabedelo, a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba e a Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL).

De forma geral, a IUEES tem buscado participação atuante na construção e na disseminação dos valores da Economia Solidária na Paraíba, levantados nos espaços de discussão como fóruns, congressos, palestras e seminários, alavancando sua importância e os preceitos da Economia Solidária frente ao sistema capitalista e como uma alternativa ao desemprego e à exclusão social, buscando inserir noções de administração, custos, gerência e valorização social nos empreendimentos incubados e, que devem fazer parte de qualquer organização ou entidade para que se tenha um desenvolvimento local e sustentável com características solidárias e autogestionárias.

3.1 ESTUDO DE CAMPO: Centro de Arte em Vidro (CAVI)

O grupo CAVI é um centro de arte em vidro. É uma associação sem fins econômicos intitulada “Associação de catadores e recicladores de vidros e outros materiais – CAVI”. Apenas em 2013, com diversas formações o grupo se organizou formalmente nesta associação. Foi criada por moradores do bairro Mutirão em Campina Grande e contava com 10 mulheres (atualmente conta com 08 mulheres) catadoras de resíduos sólidos, basicamente catadoras de vidros, os quais servem de matéria prima para os seus trabalhos. As duas mulheres que se desligaram do projeto, tiveram sua saída decorrente de brigas, discussões e embates internos, o que provocava a falta de união e de entendimento na tomada de decisão, o que gerou desconforto no grupo, culminando com a saída voluntária das duas recicladoras.

Vale ressaltar, que o grupo CAVI é composto apenas por mulheres, mas que a questão de gênero não é tida como ponto fundamental para este trabalho, não gerando discussões a este respeito.

Esta unidade de beneficiamento foi criada em 2004 com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) e foi implantada no bairro do mutirão. Em 2007, o grupo CAVI passou a ser assessorado pela IUEES. Sua localização é na rua Rafaela Souza, s/n, Serrotão no bairro Multirão em Campina Grande/PB.

Os resíduos vítreos que chegam na unidade de beneficiamento são provenientes de doações são transformados de forma artística em artefatos.

A reciclagem de vidros é tida como uma alternativa para diminuir os impactos ambientais, pois proporciona a diminuição gradativa da quantidade de vidros em lixões e aterros sanitários, além de contribuir com a geração de trabalho e renda para as pessoas ligadas à área da reciclagem em todo o Brasil e no mundo. As figuras 03 A, B, C e D apresentam peças e materiais doados, fotos tiradas pelos pesquisadores (2014).



Figura 03 A, B, C e D- Imagens de peças e materiais doados para a IUEES-UFCS.

Vale ressaltar, que os vidros são 100% recicláveis, sendo utilizados para a confecção de produtos de utilidade variada, como cinzeiros, enfeites e pratos de vidro.

Este projeto objetiva até o presente momento promover a inclusão social e a melhoria nas condições de trabalho dos catadores (as), os quais em alguns momentos foram divididos entre homens e mulheres, com idade variada, baixo índice de escolaridade (a grande maioria ainda é analfabeta), sobrevivem da catação dos resíduos sólidos e possuem residência fixa no bairro do mutirão, localizado na saída de Campina Grande, em direção ao sertão da Paraíba.

As atividades desenvolvidas pela incubadora nesse projeto são: Capacitação dos catadores com oficinas de reciclagem e reaproveitamento de resíduos vítreos e demais matérias; Acompanhamento da gestão do empreendimento solidário no intuito de reafirmar o trabalho coletivo e a socialização das informações e resultados com o grupo; A busca por feiras e eventos de economia solidária para comercialização de todos os produtos confeccionados pelas recicladoras com os vidros doados.

Já como resultados obteve-se: a instalação e o funcionamento dos equipamentos para a reciclagem e o beneficiamento dos vidros; a capacitação dos catadores através de oficinas e cursos na área de reciclagem de vidros, plano de negócios e economia solidária e alfabetização; a inclusão social e a geração de renda para os catadores de vidros; a busca por eventos sobre a reciclagem com a comercialização de seus produtos no evento; e a geração de trabalho e renda com ênfase na autogestão.

A equipe responsável pela incubação deste empreendimento é composto por alunos bolsistas e voluntários, além de professores e da coordenadora geral da IUEES. A figura 04 A e B apresentam as equipes da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES) da Universidade Federal de Campina Grande e seu principal empreendimento: Centro de Arte em Vidro (CAVI). fotos tiradas pelos pesquisadores (2014).



Figura 04 A e B- Imagens de equipes da IUEES-UFMG.

Este projeto tem como parceiros: a incubadora de empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Federal de Campina Grande, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Ministério do Trabalho e Emprego.

3.1.1 VISITA AO CENTRO DE ARTE EM VIDRO

A visita ao Centro de Arte em vidro (associação) ocorreu no dia 23/04/2014 às 14:30 minutos. Foram para a visita o professor Daniel Figueiredo, o pesquisador da tese e mais 02 (duas) alunas bolsistas da incubadora.

A associação das recicladoras fica distante do centro da cidade, em torno de 10 km, no bairro Multirão, em Campina Grande. Hoje conta com 10 (dez) mulheres em exercício da reciclagem de vidros.

O galpão da confecção das peças foi cedido pelo governo do Estado. Daniel, professor da formação sobre extensão na IUEES, e mais 3 alunas foram a visita na associação, comigo.

Sabe-se que as catadoras do grupo vão ter alfabetização de 8 meses (Dias: terça, quarta e quinta).

Algumas observações e falas relatadas pelas recicladoras foram: *as peças ficam em moldes; que as peças antes passavam 2 (duas) horas no forno, há 800 graus celsius, mas agora são 3 (três) horas, o que faz as peças quebrarem, excesso de tempo, dito por uma recicladora. As recicladoras reclamaram que é muito tempo agora, por isso racha as peças e que isto ocorreu depois da entrada da aluna no CAVI. A peça mais cara custa R\$ 60,00 e a mais barata é R\$ 15,00.*

Muitas recicladoras tem crianças, e que as deixam nas escolas antes de ir a associação.

Nas falas a seguir, apenas a recicladora Luciana permitiu expor seu nome no trabalho, as demais não.

(RECICLADORA 1 - LUCIANA). *“Quando aparece, nós vai para a exposição”,* ao falar de onde podem vender os produtos confeccionados por estas mulheres

(RECICLADORA 2) - *“Aqui não tem empregado, nem patrão”. “A gente trabalhava antes no lixão. A professora trouxe a ideia de reciclagem. Antes eram 52 pessoas”*

(RECICLADORA 3) - *“Na minha casa quem manda sou eu”.*

Portanto, observou-se que as condições de trabalho do CAVI ainda são um pouco precárias, faltando alguns materiais, mais treinamentos e cursos de qualificação. Que a

infra estrutura das salas é um pouco deficitária. E que as recicladoras ainda possuem um pouco de baixa auto estima, mas que já estão em processo de melhoramento constante devido aos trabalhos da incubadora solidária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária é uma alternativa aliada à necessidade pela busca de soluções sociais, sendo as incubadoras universitárias de economia solidária pelo Brasil um instrumento importante na potencialização dos resultados para um processo de transformação social, econômica e cultural, tendo, portanto, a construção de novos paradigmas.

Sendo prática coerente ao que se propõe o conceito de gestão, ao contrário do sistema capitalista, que oprime e tem o ser humano como instrumento de produção; a economia solidária persegue a eficiência em seus processos, promovendo a libertação, a emancipação, sobretudo a valorização dos atores sociais envolvidos.

Em sua maioria aplica-se a gestão econômica e gestão social aos empreendimentos solidários, sendo a primeira um instrumento importante para a identificação de resultados econômicos e a tomada de decisões; a gestão social encontra lugar ao se aplicar uma administração humanizada, onde os atores são o centro das decisões e um dos principais valores perseguidos é a qualidade de vida destes.

Uma das principais dificuldades a ser enfrentadas na econômica solidária ainda é a baixa qualificação concernente a resolução de problemas técnicos, o que leva a contratação de profissionais externos, a pouca habilidade acaba por não contar com soluções criativas, o que é necessário para o alcance do sucesso ante ao enfrentamento dos problemas sociais.

Como campo de estudo, a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG), nos revela na prática os efeitos desses princípios, os entraves e os resultados, demonstrando que a emancipação dos atores sociais do projeto incubado ainda passa por fragmentações e parcialidades, sendo uma meta a ser alcançada pelos incubados, o que demonstra a importância e a valorização da incubadora solidária da UFCG como forma de geração de trabalho e renda, além da apropriação da autogestão.

6 REFERÊNCIAS

1. Souza, AR. **Os laços entre igreja, governo e Economia Solidária**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2013. 237 p.
2. Lacombe F. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.
3. INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (org.). Universidade de São Paulo. **A gestão da autogestão na economia solidária**. São Paulo: ITCP-USP, 2007.
4. ANTEAG. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. **Autogestão e economia solidária: uma metodologia participativa**. 2º vol. São Paulo: Anteag, 2005.
5. Mosimann CP, Fisch S. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
6. Andrade ROB, Amboni N. **Teoria geral da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
7. Dagnino, R. Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. In: **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária**. Vol1. BENINI, Édi A; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato. (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.
8. TENÓRIO, Fernando Guilherme. (coord.). **Gestão social: metodologia e casos**. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
9. Guerra AC. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa**. [Dissertação]. Lavras: UFLA, 2008.
10. Faria MS. **Autogestão, cooperativa e Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós graduação em Sociologia Política. Florianópolis. Setembro de 2005.
11. Vieira AL. **Breve reflexão sobre a construção de cooperativas populares e solidárias**. 2005.
12. Benini EG, Neto LFF. **Desemprego e economia solidária: repensando a autogestão**. Seget – Simpósio de excelência em gestão tecnológica. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2008.
13. Motta FCP. **Burocracia e autogestão: A proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
14. Araújo IS. **Solidariedade e autogestão: o caso da cooperativa Cacema – cooperativa de artesanato, confecções de vestuários afins, eventos e prestação de serviços das Malvinas Ltda**. Monografia de graduação em Economia. Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB, set de 2006.
15. Singer P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
16. Marx K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 – O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Volume 1. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
17. Souza e Silva, R. **Transformações do mundo do trabalho, desemprego e seus impactos na organização dos trabalhadores brasileiros**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro. Novembro de 2008.
18. Laranjeira SMG. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002. p.123-127.
19. Ferreira, NM. **Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar**. (Tese de doutorado). UFRN. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Natal – RN, 2010.